

Brasília 9 JAN 1991

# *Estripulias econômicas*

**MARCO ANTONIO ROCHA**

"Honor-Fides-Labor." A despeito da opinião que os nossos contemporâneos tenham sobre o grupo Matarazzo, essa era a máxima no seu inicio. E era a prática não escrita do comércio e da indústria em geral. Até um pequeno contador, como meu tio, em Araçariguara, interior de São Paulo, mantinha inscrita na placa do seu escritório uma frase parecida: honestidade, fidelidade e presteza. Em Olímpia, na crise do café na década de 1930, um produtor que funcionava como fiel depositário de outros produtores, por sinal de origem árabe, suicidou-se por não poder cumprir seus compromissos. Não foi o único, aliás, e não era raro que empresários daqueles tempos se matassem de vergonha pelo mesmo motivo.

A ética empresarial brasileira já foi rigorosa. Não porque os empresários fossem particularmente dotados de senso moral. Mas porque quem saísse dos trilhos e não cumprisse compromissos escritos ou verbais simplesmente ficava excluído do mundo dos negócios — ninguém mais transacionava com ele. As praxes vigentes, mais do que a lei ou a Justiça, traziam a punição rápida e definitiva. No mundo inteiro, aliás, o negociante "enrolador" não sobrevive muito tempo na mesma praça. Ou se comporta dentro das regras ou cai fora.

A razão disso é que o mundo dos negócios privados, dada a imperiosa necessidade de presteza e flexibilidade, precisa funcionar, em 99% dos casos, na base da confiança mútua. A maioria das transações é acertada e efetivada verbalmente, informalmente, por telefone, telex ou fax. As promissórias, duplicatas, contratos, etc. são formalidades que ninguém espera ter de levar à Justiça algum dia. Se cada transação tivesse de esperar pela formalização de minuciosa papelação, a dinâmica e frenética vida dos negócios cairia verticalmente.

O ex-ministro Simonsen tocou recentemente nesse ponto importante ao dizer que "chega de planos". O que a vida empresarial brasileira precisa agora é de restauração da estabilidade de regras e da confiança mútua. Os sucessivos planos fracassados de estabilização tornaram voláteis, imprevisíveis e incertas as regras que presidião as transações correntes da vida empresarial e, com isso, abriram caminho para uma vasta e encadeada "quebra de palavras", com destruição da confiança mútua no mundo dos negócios.

Compromissos vitais de prazos e condições de pagamentos e entregas, compromissos de qualidade e pontualidade, compro-



missos de quantidades passaram a ser generalizadamente negligenciados e quebrados sob o pretexto, exatamente, de que regras legais, fiscais e financeiras são constantemente mudadas.

O comerciante, o industrial, o produtor rural que vende uma mercadoria não sabem mais se o freguês inadimplente está realmente em dificuldades por causa do governo ou por ser relapso. Essa situação tornou impossível saber quem é o que no mundo dos negócios, ou seja, quem é vigarista, picareta ou inepto e quem está em dificuldades legítimas e compreensíveis.

O efeito macroeconômico dessa quebra geral de confiança e dessa instabilidade de regras é espantoso. As empresas se retraiem e só assumem ou aceitam compromissos depois de minuciosa e lenta burocracia. Todos querem o máximo de garantias pré-estabelecidas, preto no branco. Todo mundo desconfia de todo mundo. Ninguém mais paga ninguém em dia e todos têm pretextos formalmente indiscutíveis: a culpa é do governo.

A política monetária pouco tem a ver com isso. É só examinar os números da expansão dos meios de pagamento, da base monetária, de M1, M2, M3 e M4, principalmente no segundo semestre de 1990, para verificar que o "enxugamento" monetário é apenas uma falácia — o que explica, aliás, por que estamos vivendo uma recessão com inflação ainda muito alta.

Os preços sobem porque a oferta caiu e a massa monetária aumentou. E a oferta caiu porque foram destruídas a ética e as praxes correntes da vida dos negócios. A vontade de se expandir foi substituída pelo imperativo de se garantir. Todo mundo passou a agir com mentalidade de banqueiro e não de comerciante.

A grande tragédia da parceria de novas e mutantes regras baixadas pelas sucessivas equipes de administradores públicos foi a poluição e a insalubridade gerada no "ecossistema" empresarial. O laboratório experimental de teses acadêmicas arrogantes em que a economia brasileira foi transformada, o experimentalismo amadorístico dos "yu-hippies" que se apossaram do governo e a irresponsabilidade civil dos políticos experientes que deveriam controlá-los, criaram para todos nós uma indagação terrível: quanto tempo será necessário para que se restaure um ambiente de normalidade no cotidiano das empresas? E quanto o brasileiro terá de sofrer em termos de recessão, desemprego e pobreza até que isso aconteça?

Não temos resposta, mas temos uma certeza: o ambiente empresarial no País tende para o caos e para a paralisia enquanto a política econômica prosseguir nas suas estripulias.

□ *Marco Antonio Rocha é jornalista e comentarista de assuntos econômicos e empresariais.*